

**SUSTENTABILIDADE COMO PRÁTICA: UM OLHAR ETNOMETODOLÓGICO E
SOCIOMATERIAL A PARTIR DA ORLA MARÍTIMA DE JOÃO PESSOA,
PARAÍBA**

**Sustainability as practice: an ethnomethodological and sociomaterial look at the
waterfront of João Pessoa, Paraíba**

Erica Dayane Chaves Cavalcante¹

Marcelo de Souza Bispo²

Resumo

Este artigo tem como objetivo principal analisar a sustentabilidade como prática sociomaterial na Orla Marítima de João Pessoa a partir do seu cotidiano e do seu Comitê Gestor. Por sustentabilidade, compreende-se uma prática sociomaterial cotidiana, não prescritiva que surge, perpetua e se modifica nas interações cotidianas entre humanos e não humanos. Estes, de acordo com a sociomaterialidade, são elementos constitutivos de toda realidade social. Outra abordagem apresentada como uma alternativa à compreensão do tema é a etnometodologia, que pode ser compreendida tanto quanto uma abordagem teórica nos estudos das práticas como uma abordagem metodológica que, em essência, busca compreender fenômenos do cotidiano. Portanto, a prática foi investigada etnometodologicamente, com vistas a sua realização corriqueira, a partir da qual se buscou compreender de fato como esta se estabelece no contexto estudado da Orla Marítima de João Pessoa. Entre os procedimentos metodológicos, houve participações nas reuniões do comitê gestor Orla, bem como visitas à Orla, a partir das quais se pôde observar como a sustentabilidade norteia as ações dos atores sociais locais. Apresentam-se os exemplos da Ilha de Picãozinho e a revitalização do Largo da Gameleira para apontar como a sustentabilidade pode ser resultado da ação e interação de humanos e não

¹Possui Mestrado em Administração pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Brasil. Graduação em Hotelaria pela mesma instituição. Membro do Núcleo de Estudos em Aprendizagem e Conhecimento - NAC. Brasil. E-mail: ericachaves.p@gmail.com

² Possui Doutorado em Administração de Empresas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie - UPM, Brasil. Mestrado em Administração pela Universidade Metodista de São Paulo - UNIMEP, Brasil. Graduação em Administração pela Universidade Anhembi Morumbi, Brasil, e em Turismo – UNIMEP, Brasil. Professor da Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Brasil, no departamento de Administração e do Programa de Pós-graduação em Administração, PPGA-UFPB, Brasil. E-mail: marcelodesouzabispo@gmail.com

humanos, sendo que os humanos, quando membros do espaço pesquisado (*stakeholders*), não só percebiam a necessidade de mudança como a faziam de modo negociado contribuindo para a realidade social.

Palavras-chave: sustentabilidade, prática sociomaterial, orla marítima.

Abstract

This paper analyzes sustainability as a sociomaterial practice at the waterfront of João Pessoa from its everyday life and from the actions of its Management Committee. Authors understand sustainability as a daily sociomaterial practice that was not prescribed, and which emerges from, perpetuates and is modified through daily interactions between humans and non-humans. According to sociomateriality, these are the constitutive elements of all social reality. Authors present the ethnomethodology approach as an alternative to study the issue – ethnomethodology can be understood here as a theoretical approach to practice studies, as well as a methodological approach to understand everyday life phenomena. Therefore, the practice was ethnomethodologically investigated to check its daily accomplishments from which authors aimed to comprehend how this practice happened in the context of João Pessoa's waterfront. Methodological procedures included participation in meetings with the Management Committee of the Waterfront and visits to the waterfront – when authors observed how sustainability guided the actions of local social actors. The examples of the Picãozinho Island and the revitalization of the Gameleira's Square were presented to point out how sustainability might be a result of the actions and interactions between human and non-humans, since humans, as stakeholders of the researched space perceived not only the need for change, but also negotiated it, contributing to the social reality.

Keywords: sustainability, sociomaterial practice, waterfront.

O tema da sustentabilidade vem, nos últimos anos, tomando conta de boa parte das discussões no âmbito acadêmico, empresarial e social. Fatos e fenômenos de ordem ambiental e econômico são protagonistas no debate da sustentabilidade e, por vezes, assumem um caráter de um discurso “socialmente correto” ou estratégia de marketing para várias finalidades do que uma real preocupação ou intenção de avançar nos problemas contemporâneos que tem a ver com a sustentabilidade em si (Norman & MacDonald, 2004).

Por outro lado, as questões sociais que envolvem o conceito de sustentabilidade baseados no *triple bottom line* (Elkington, 2013) andam a reboque dos pilares ambientais e econômicos de modo a parecer que o pilar social é mais coadjuvante do que protagonista nesse debate. Entretanto, apesar de fazermos referência à ideia do *triple bottom line*, ela serve apenas para situar o leitor de que as nossas reflexões sobre sustentabilidade vão ter foco na compreensão de como ela se constrói, se perpetua e se modifica, do ponto de vista teórico, a partir de uma epistemologia das práticas sociais (Schatzki, 2001, 2005; Gherardi, 2006, 2009, 2012), com destaque para a etnometodologia (Garfinkel, 2006; Bispo & Godoy, 2012, 2014) e a sociomaterialidade (Leonardi, 2012).

Assim, ao assumir as lentes das práticas sociais como referência para a compreensão da sustentabilidade, alguns aspectos epistemológicos devem ser considerados para a compreensão da reflexão aqui construída: a) uma posição antipositivista, racionalista e cognitivista; b) despreço por dualidades como, por exemplo, sujeito-objeto, mente-corpo, agência-estrutura, humano e não humano, entre outras; c) valorização do senso comum como inspiração científica; d) assumir as práticas como aglutinadoras e fomentadoras de processos organizativos e organizações. Diante do exposto, a sustentabilidade é defendida por nós, neste artigo, como uma prática sociomaterial cotidiana, não prescritiva, que surge, perpetua e se modifica nas interações cotidianas entre humanos e não humanos (Latour, 2005; Gherardi, 2012).

Em relação ao campo de estudo e as inspirações metodológicas, tem-se a Orla Marítima de João Pessoa/PB como espaço de investigação empírica a partir de uma pesquisa qualitativa de cunho etnometodológico (Bispo & Godoy, 2012, 2014; Bispo, Souza & Cavalcante, 2014). A escolha da Orla se dá em razão da sua complexidade organizativa, que é fruto dos vários usos atribuídos a ela, entre os quais os de motivação econômica, ambiental e social. Tal complexidade também evidencia a relevância da Orla como espaço societal (Schatzki, 2005), que motivou a criação do Projeto Orla nacional e as suas versões estaduais e municipais (Brasil, 2004; 2005; 2006; Nakano, 2006), como no caso de João Pessoa, que possui um Comitê Gestor da Orla Marítima. O papel do Projeto Orla, assim como do Comitê Gestor, é garantir a preservação do espaço e harmonizar os diversos usos e interesses que há no local.

A Orla de João Pessoa é um destaque turístico do município, de acordo com dados do Sebrae (2012); entre seus atrativos naturais se destacam as ilhas de Picãozinho e Areia Vermelha, a Ponta dos Seixas (divulgada como o ponto mais Oriental das Américas) e as praias urbanas, cujas suas orlas são apontadas como refúgio para seus frequentadores.

Ademais, a Orla é considerada um espaço de uso comum da população pela sua natureza e determinação legal, por tanto, acessível à realização de qualquer pesquisa sem se necessitar de consentimentos prévios, conforme estabelece a Carta Magna, que, em seu artigo 20, designa a praia um patrimônio da União, e também o código civil, no artigo 99 da Lei 10.406/02, que a considera um espaço de uso comum do povo (Di Pietro, 1998). A Orla Marítima de João Pessoa compreende 24 quilômetros (João Pessoa, 2014), entretanto; no trecho em que houve o processo de pesquisa se localizam as praias de Manaíra, Tambaú e Cabo Branco, por serem mais centrais e turísticas em relação às demais (Ifep, 2014).

Ao considerar o exposto, este artigo tem como objetivo principal analisar a sustentabilidade como prática sociomaterial na Orla Marítima de João Pessoa a partir do seu cotidiano e do seu Comitê Gestor.

Além desta introdução, o artigo apresenta na sua estrutura uma revisão teórica sobre práticas sociais com destaque para a etnometodologia e a sociomaterialidade, pensando como este arcabouço teórico pode contribuir para um entendimento social da sustentabilidade. Na sequência é descrita a estratégia metodológica empregada, seguida da análise dos resultados. O texto conclui com a apresentação das considerações finais, refletindo sobre o contexto da pesquisa, suas limitações e proposições para estudos futuros.

Sustentabilidade e os Estudos Baseados em Práticas

Ao analisar o conceito de sustentabilidade, que encobre a ideia do desenvolvimento ocorrendo de modo sustentável, a primeira reflexão que vem à mente é que os termos “desenvolvimento” e “sustentável” se contradizem, tornando a sua junção um paradoxo. Tal percepção se justifica quando assumimos uma visão reducionista, embasada apenas na perspectiva econômica que predomina na abordagem deste assunto. No entanto, a essência do termo parte de uma visão muito mais ampla (Dias, 2011; Elkington, 2013).

Os estudos sobre sustentabilidade no campo das organizações têm sido desenvolvidos de modo que o *triple bottom line* é predominantemente adotado, a partir do qual cada uma das suas dimensões, a econômica, a social e a ambiental, é analisada de modo conjunto ou separadamente (Bellen, 2005). Alguns autores defendem que, para que o conceito de sustentabilidade seja pleno, há a necessidade de interação holística das três dimensões. Em outras palavras, para que uma empresa seja considerada “sustentável”, é necessário o cumprimento de práticas harmoniosas do ponto de vista econômico, social e ambiental: lucros crescentes, valorização das pessoas (serviços sociais) a partir das riquezas geradas

pelas organizações e o cuidado com o meio ambiente para garantir o acesso aos insumos, bem como a preservação do planeta terra (Bellen, 2005; Mondo, 2010; Moraes, 2012; Elkington, 2013).

Além deste tripé, alguns autores (*e.g.*: Norman & MacDonald, 2004) também têm tratado do tema sob perspectivas mais subjetivas, levando em consideração aspectos relacionados a questões políticas e culturais, em que o primeiro se refere de modo genérico a legislações ambientais, gestão sustentável, e o segundo se refere à valorização e manutenção de aspectos próprios de dada comunidade, algo relevante quando a organização pesquisada é a Orla Marítima.

Neste estudo compreendemos que a sustentabilidade trata de uma prática sociomaterial e, ao adotar esta perspectiva, passamos a visualizar o *triple bottom line* não como dimensões isoladas da sustentabilidade, em que, num dado momento, alguma das dimensões assume um peso superior frente às demais, mas como elementos imbricados na realidade social, que é possibilitada pela ação humana e não humana. Em outras palavras, a sustentabilidade é entendida como uma prática sociomaterial de que aspectos ambientais, econômicos e sociais fazem parte a partir da interação e agência de humanos e não humanos. Assim, abandonamos o *triple bottom line* como referência teórica e critério de análise para caminharmos no sentido de pensar e investigar a sustentabilidade como uma prática. Antes de seguir com esta ideia, torna-se necessário apresentar os estudos baseados em prática (EBP) e como a sustentabilidade pode ser compreendida a partir desta abordagem.

Os EBP são um movimento científico que tem como foco de estudo os fenômenos da vida cotidiana (Bispo, 2013). Trata-se de um termo guarda-chuva que abriga o contingente crescente de estudos que iam de encontro a abordagens racionalistas, funcionalistas e cognitivistas. Apesar do rótulo guarda-chuva criado, a variedade teórica sobre o conceito de prática ainda é heterogêneo, embora esteja unida na crença de que fenômenos como o

conhecimento e a atividade humana, ciência, poder, linguagem, instituições sociais e transformação histórica ocorrem dentro de aspectos ou componentes do campo de práticas (Schatzki, 2001). O movimento das práticas tem crescido, passando a ser foco da atenção de pesquisadores em toda a parte do mundo. No Brasil também é possível encontrar um número considerável de interessados no tema (Bispo, Soares & Cavalcante, 2014).

Na concepção de Nicolini (2013), quando se utiliza a abordagem dos EBP, é quebrado o modo tradicional de como os fenômenos organizacionais são compreendidos, dado que, por meio dessa abordagem, o pesquisador é levado a perceber aspectos do cotidiano que abordagens tradicionais encobriam. As organizações passam a ser analisadas como campos simbólicos que acontecem por meio de processos organizativos e interações cotidianas através das quais significados são construídos, dando sentido à ação humana (Gherardi, 2006; Nicolini, Gherardi & Yanow, 2003; Bispo & Godoy, 2012; Bispo, 2013).

Os EBP tratam de uma abordagem que permite compreender a ordem social, os fenômenos coletivos que ocorrem nos processos organizativos (Czarniawska, 2006, 2007; Gherardi, 2006; Bispo & Santos, 2014) numa perspectiva pós-estruturalista e pós-humanista, já que consideramos os elementos não humanos na análise social não apenas elementos da prática, mas condicionantes da sua existência por meio de artefatos e objetos (Schatzki, 2001).

É importante esclarecer que, ao se falar da prática, o entendimento vai além da noção de rotina, ação individual ou simplesmente o fazer determinada atividade. Embora seja possível alcançar algumas definições para o termo, Gherardi (2006) se preocupa com o fato de que, ao conceituar o termo prática, é possível incorrer no risco de reduzir seu significado frente à ampla gama de elementos que o termo abriga. A seguir, no Quadro 01 apresentamos o conceito de prática a partir de alguns autores de referência neste campo de estudos.

| Tradição sociológica | Entendimento sobre práticas |
|----------------------|--|
| Bourdieu | A teoria de prática para Bourdieu está na relação entre as práticas dos atores e as estruturas objetivas sociais introduzidas, que são mediadas pelo conceito de <i>habitus</i> entre estas duas dimensões, que ocorre de forma tácita (Gherardi, 2006). |
| Giddens | As práticas são entendidas como procedimentos, métodos ou técnicas executados de forma hábil pelos agentes sociais, o que sugere uma certa relação com as preocupações dos etnometodologistas (Cohen, 1979). |
| Garfinkel | As práticas são realizações contingentes em que todo o ambiente deve ser entendido como auto-organizador no que diz respeito ao seu reconhecimento e ordem social (Garfinkel, 2006). |
| Latour | Realidade social organizada formada por conexões e associações entre atores (humanos e não humanos), na qual interesses são trasladados (negociados) incidindo na criação de redes de atores (Latour, 2005). |
| Schatzki | A prática é considerada a interligação por meio de regras sociais (leis, estatutos padrões de comportamento etc.), entendimentos construídos socialmente ao longo do tempo (contextual), e estruturas teleafetivas (orientação, objetivos, emoção) entre fazeres e dizeres organizados (Schatzki, 2001) |
| Reckwitz | As práticas sociais são o mundo social, não apenas a mente, o discurso ou a interação. São consideradas conexões de elementos humanos (mentais e corporais) e elementos não humanos (objetos, conhecimento, emoções) na realização de atividades não rotinizadas em forma de um “bloco monolítico” sustentado pela união de vários elementos sem os quais a prática não seria possível. Destaca-se o fato de que os citados elementos são inerentes à prática e não aos indivíduos e influenciam na ação e no comportamento dos indivíduos (Reckwitz, 2002). |

Quadro 01 – O conceito de prática

Fonte: Adaptado de Bispo (2013:145).

Gherardi (2006) afirma que a noção de prática respeita princípios que podem ajudar a desenhar um melhor entendimento do termo. Destarte, cinco características são apontadas: (a) a prática se refere à forma como os significados são atribuídos a determinado grupo de execução de atividades (situadas) e como o reconhecimento dessas atividades é obtido; (b) a prática se relaciona à fragmentação temporal em que um conjunto de atividades ocorre; (c) a prática é um fenômeno reconhecido socialmente; (d) a prática reflete a forma como o mundo é organizado; (e) a prática é dinâmica e inacabada.

Desse modo, uma prática pode ser considerada “[...] um modo relativamente estável no tempo e socialmente reconhecido de ordenar elementos heterogêneos em um conjunto coeso” (Gherardi, 2006, p. 34).

Outra característica do estudo das práticas apresentada por Gherardi (2006) trata da sua possibilidade de conhecer as organizações em suas particularidades, suas representações de conhecimento construídas cotidianamente, entre outros elementos relacionados às dimensões humana, social e cultural dos indivíduos integrantes da prática, a exemplo da sustentabilidade. Ainda conforme a autora, o mundo social se estrutura e se reconstrói a partir da ação dos atores sociais e da interação com os elementos não humanos, ou seja, o curso dessas ações faz com que as organizações se perpetuem ou se transformem em novas configurações ao longo do tempo.

Feitas essas considerações, a sustentabilidade compreendida como uma prática é um fenômeno que ocorre no cotidiano, de modo particular e situado, envolvendo elementos humanos e não humanos que mutuamente se influenciam na concepção da organização. Ao considerar os elementos não humanos, realçamos a sua influência na dimensão social, assim como é defendida pela abordagem da sociomaterialidade.

Cabe, neste momento, posicionarmo-nos em relação a nossa compreensão sobre o conceito de “organização”, que está além da hegemonia do conceito adotado na administração, em que a palavra “organização” é entendida como um substantivo sinônimo de empresa ou, ainda, é associada a um adjetivo de algo “organizado”. Neste artigo, a palavra “organização” está mais próxima da ideia de movimento, complexidade e ação, ou seja, é compreendida como um verbo associada ao entendimento de um “processo de organizar” (*organizing*) contínuo em que a “organização” é construída, perpetuada e modificada no cotidiano a partir das práticas (Weick, 1979; Czarniawska, 2007; Bispo & Santos, 2014).

Sociomaterialidade e etnometodologia: teorias da prática

Dentro das teorias das práticas destacamos duas que, na nossa concepção, têm o potencial de ajudar na compreensão do tema sustentabilidade, sendo estas a sociomaterialidade e a etnometodologia.

A sociomaterialidade trata da fusão das palavras “materialidade” e “social”. Leonardi (2012) argumenta que muitos teóricos organizacionais têm defendido a existência de uma relação íntima entre o social e a materialidade, mesmo o foco sendo dado ao entendimento de como um novo artefato é fundido num determinado sistema social. O autor (p. 12) argumenta que: “(1) toda materialidade é social na medida em que foi criada através de processos sociais e que é interpretada e utilizada em contextos sociais e (2) toda ação social é possível por causa de alguma materialidade”. Em outras palavras, a sociomaterialidade se traduz na capacidade que a materialidade possui de ser social desde a sua concepção, destinação a um uso específico e a utilização inserida num contexto social, sendo um elemento de transformação. Isso nos permite perceber sua relação com os processos organizativos.

De acordo com Orlikowski (2007, p.1437), não há como dissociar a materialidade da realidade organizacional; nas palavras da autora:

O social e o material são constitutivamente enredados na vida cotidiana. A posição de entrelaçamento constitutivo não privilegia seres humanos ou tecnologia (em interações unidirecionais), nem os ligam através de uma forma de reciprocidade mútua (em interações de duas vias). Em vez disso, o social e o material estão intimamente relacionados - não há social que também não é material, e não há material que não é também social.

Para Mol (2002), a relação da sociomaterialidade com a prática ocorre por meio da semiótica (o estudo da produção de sentidos e significados), uma vez que a realidade material é construída com base na criação de sentidos e significados. Essa realidade é composta por vários elementos/corpos que se conectam numa realidade única, nas então chamadas práticas

corporais. A sociomaterialidade é inseparável da prática na medida em que seus elementos e seus sentidos são produzidos pela prática (Schatzki, 2001; Orlikowski, 2007; Leonardi & Barley, 2008).

A sociomaterialidade se enquadra em ontologias sociais orientadas à semiótica e uma epistemologia pós-humanista (Schatzki, 2005; Orlikowski, 2007). Nosso intuito é mostrar que a natureza da sustentabilidade é sociomaterial, o que implica dizer que em sua composição existem os elementos humanos e não humanos numa linha de relação tão próxima a ponto de ser inseparável, ou seja, a sustentabilidade é uma prática resultado do hibridismo entre a interação e a agência dos humanos e não humanos.

Aqui o sentido de agência é o defendido por Latour (2005), em que o autor pondera a ação dos não humanos não como algo cognitivo, intencional e com a mesma lógica dos humanos, mas como influente nas ações dos próprios humanos. Sob a ótica da sustentabilidade, podemos apresentar, como exemplo, a questão da impermeabilização do solo nas grandes cidades do mundo. Quando tal ação (humana) acontece, temos como consequência a falta do escoamento da água das chuvas e, por vezes, grandes alagamentos ocorrem. A impermeabilização é uma ação humana em que a agência dos não humanos, como o asfalto (impermeabilizante) e a própria chuva, evidencia a interação de ambos e como artefatos e objetos influenciam (agem) no nosso cotidiano.

No que se refere à etnometodologia, ela pode ser compreendida enquanto teoria *per se*, assim como um método de pesquisa. Ambos têm à luz os fenômenos do cotidiano, por isso ela é considerada uma teoria da prática (Gherardi, 2006). O significado do termo é “metodologia de todo dia, em que *ethno* significa membro de um grupo ou do próprio grupo em si e metodologia se refere aos métodos dos membros” (Bispo & Godoy, 2012 p.694, grifos dos autores).

Enquanto caminho teórico, a crença de Garfinkel era de que os fenômenos sociais podiam ser entendidos a partir de uma postura interpretativa, por meio da qual pudesse ser considerada a intersubjetividade dos indivíduos na análise de uma dada situação (construção da ação social do conhecimento) e dos atos sociais considerados práticas realizadas por indivíduos coletivamente. Ou seja, atividades contínuas sustentadas pelo conhecimento, pelo fazer coletivo dos indivíduos, seus valores e crenças (Bispo & Godoy, 2014; Heritage, 1999).

Garfinkel (1996) estabeleceu cinco conceitos-chave a partir dos quais seria possível a análise da prática social à luz da etnometodologia, sendo esses: 1) realização, 2) indicialidade, 3) reflexividade, 4) relatabilidade e 5) a noção de membro (Coulon, 2005; Heritage, 1999). No Quadro 2 apresentamos resumidamente cada conceito citado.

| Conceito | Conteúdo |
|-----------------------------|---|
| Prática / Realização | Indica a experiência e a realização da prática dos membros de um grupo em seu contexto cotidiano, ou seja, é preciso compartilhar desse cotidiano e do contexto para que seja possível a compreensão das práticas do grupo. |
| Indicialidade | Refere-se a todas as circunstâncias que uma palavra carrega em uma situação. Tal termo é adotado da linguística e denota que, ao mesmo tempo em que uma palavra tem um significado de algum modo “genérico”, esta mesma palavra possui significação distinta em situações particulares. Assim, a sua compreensão, em alguns casos, necessita de que as pessoas busquem informações adicionais que vão além do simples entendimento genérico da palavra. Trata-se da linguagem em uso. |
| Reflexividade | Está relacionada aos “efeitos” das práticas de um grupo, trata-se de um processo em que ocorre uma ação e, ao mesmo tempo, uma reação sobre os seus criadores. |
| Relatabilidade | É como o grupo estudado descreve as atividades práticas a partir das referências de sentido e significado que o próprio grupo possui; pode ser considerada como uma “justificativa” do grupo para determinada atividade e conduta. |
| Noção de membro | O membro é aquele que compartilha da linguagem de um grupo, induz a uma condição de “ser” do e no grupo e não apenas de “estar”. |

Quadro 2 – Os cinco conceitos-chave da etnometodologia

Fonte: Bispo & Godoy (2014:ser116).

Entrando na apresentação da etnometodologia como um caminho metodológico (Oliveira & Montenegro, 2012; Bispo & Godoy, 2012), sabe-se que ela representa um meio de suma importância para a renovação do conhecimento empírico no estudo das práticas e do cotidiano (Coulon, 2005).

A importância de adotar uma postura investigativa a partir de uma metodologia etnometodológica é buscar compreender a sociedade tomando como referência as práticas cotidianas de um grupo ou de uma comunidade. Isso implica dizer que o saber não se constrói com observações **imparciais**, fora do contexto do objeto de estudo, mas é na interação com o meio, na busca por compartilhar o sentido, que o significado das práticas para a construção de uma interpretação coletiva da realidade se dá (Bispo & Godoy, 2012, p.694, grifo dos autores).

Bispo e Godoy (2014) destacam a relevância da compreensão dos conceitos-chave apresentados para o processo empírico da pesquisa para nortear a postura do pesquisador em campo e que este possa participar do cotidiano estudado de forma efetiva e assim acessar como as práticas são construídas, seus elementos caracterizadores e sua importância para a concepção das organizações que compõem o mundo social.

A etnometodologia é definida por Coulon (2005) como a compreensão do comportamento coletivo socialmente organizado e das crenças por meio do esforço empírico das formas que os indivíduos empregam para dar sentido às suas ações ao passo em que as realizam, ou seja, quais métodos sustentam as ações cotidianas, como, por exemplo, o falar, o pensar, o interagir.

Dentro da abordagem etnometodológica, o pesquisador, denominado por Rawls (2008) como etnometodólogo, deve-se abster de exprimir opiniões e concepções prévias sobre os dados, permitindo que os mesmos sejam inteligíveis e neutros ao seu olhar. Na imersão no campo, o etnometodólogo deve utilizar a máxima da indiferença etnometodológica, postura inspirada na “suspensão” da fenomenologia, para que, deste modo, seja possível compreender o comportamento das práticas cotidianas no que concerne a sua construção, perpetuação e modificação, como também seus significados e sentidos atribuídos pelos seus membros de praticantes.

Nesse sentido, Garfinkel (2006) preconiza a necessidade de que, ao pesquisar determinado espaço, o pesquisador se alinhe ao “requisito único de adequação”, ou seja, tenha um certo domínio ou proximidade ao campo para ter a capacidade de captar os menores detalhes, que podem ser substanciais na análise da prática. Como a linguagem focada na etnometodologia não é aquela formal, culta, cravada de apropriações eruditas e sim a linguagem simples, falada de forma espontânea pelas pessoas no seu cotidiano (Guessser, 2003), para acessar os sentidos atribuídos à linguagem falada pelos membros em suas ações práticas e cotidianas, é necessário se tornar um interlocutor.

Em relação às técnicas de investigação empregadas na etnometodologia, Oliveira e Montenegro (2012) asseguram que elas são as mesmas utilizadas em outras abordagens de pesquisa qualitativa, mudando apenas o foco de investigação e a forma de análise, uma vez que se busca uma completa compreensão das práticas sociais cotidianas. Entre as técnicas de coleta de dados apontadas como possíveis a serem utilizadas na etnometodologia, Ten Have (2004) e Rawls (2008) apontam as seguintes: observação direta e/ou participante e conversas informais com registro em diários de campo, entrevistas gravadas em áudio, análise de documentos, imagens, ou materiais audiovisuais.

Metodologia

Esta pesquisa possui a natureza qualitativa. Como estratégia para nortear o processo de investigação foi adotada a etnometodologia para a análise da prática que foi objeto deste estudo: a sustentabilidade no contexto organizacional.

A realização desta pesquisa ocorreu em duas partes: na primeira houve acesso a uma representação da Orla Marítima e não a própria Orla Marítima, por meio da participação nas reuniões de um Comitê Gestor Orla que faz parte do Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima – Projeto Orla, desenvolvido pelo Governo Federal em 2002, com a condução pelo

Ministério do Meio Ambiente, através da Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos e da Secretaria do Patrimônio da União, e pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no propósito de sistematizar o planejamento de ações voltadas às Orlas, assim como contribuir com uma gestão integrada do espaço (descentralização de políticas públicas), que tem como o grande gestor a União, fazendo com que a esfera dos estados e dos municípios possam incorporar normas específicas na regulamentação do uso do espaço de modo com que exista uma mobilização social efetiva (Projeto Orla, 2002).

O Comitê Gestor Orla em que houve o acesso foi o da cidade de João Pessoa/PB. Nas reuniões estavam os interessados (*stakeholders*) neste espaço, sejam esses os representantes legais dos seguintes órgãos: Secretaria de Meio Ambiente (SEMAM), Secretaria de Desenvolvimento e Controle Urbano (SEDURB), Secretaria de Planejamento (SEPLAN), Secretaria de Educação e Cultura (SEDEC), Secretaria do Patrimônio da União (SPU)/PB, Coordenação Estadual do Projeto Orla, Associação do comércio informal (AMEOMAR), Capitania dos Portos, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), ONG Amigo das praias, Secretaria de Turismo (SeTur), Assessoria e Consultoria para a Inclusão Social (AC Social), Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH)/PB, e os interessados que não possuem vínculos legais com o referido Comitê.

As participações nessas reuniões, que possuem um calendário de um encontro mensal iniciaram em setembro de 2013. Todavia, nem sempre as reuniões ocorreram conforme o calendário estabelecido em razão de feriados e outras demandas que vieram a inviabilizar os encontros. Por isso, mesmo findando as idas a campo em setembro de 2014 (concluindo assim um ano de participação nas reuniões), participou-se de apenas 5 reuniões entre setembro de 2013 e fevereiro de 2014. O foco inicial dessas participações consistiu em observar as discussões sobre a Orla Marítima, compreender sua dinâmica de ocupação, os

múltiplos interesses existentes em relação a esse espaço e assim tornar o campo mais próximo por meio das discussões que existiam ali.

Ainda no âmbito do comitê, conversas informais com os seus membros aconteceram durante as reuniões a fim de esclarecer dúvidas que surgiam relativas à linguagem compartilhada entre aqueles membros ou ao próprio domínio do comitê. Foram dirigidos convites para participar da pesquisa aos membros do comitê gestor; no entanto, apenas dois membros aceitaram participar respondendo as entrevistas exploratórias pautadas pelas atividades que aconteciam na Orla Marítima, sendo uma delas a representante da Secretaria do Meio Ambiente (SEMAN), na condição de secretária executiva do comitê, a qual tratou como Representante da Secretaria do Meio Ambiente (RSMA), e a outra a representante da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), na condição de implementadora do Comitê Gestor Orla Estadual, a qual tratou por Representante da Secretaria do Patrimônio da União (RSPA).

Na segunda parte da pesquisa, a partir do mês de fevereiro de 2014, houve a imersão na Orla Marítima de João Pessoa/PB, especificamente nas praias de Manaíra, Tambaú e Cabo. Este trecho de Orla Marítima foi escolhido por serem destacadas como as praias mais visitadas pelos turistas nas pesquisas anuais realizadas pelo Instituto Fecomércio de Pesquisas Econômicas e Sociais da Paraíba (IFEP), a exemplo da realizada no primeiro mês de 2014. Nessa pesquisa, a partir da consulta aos turistas, chegou-se ao seguinte ranking de praias mais visitadas, em ordem de grandeza: Tambaú (84,85%), ¹Cabo Branco (78,83%) e Manaíra (48,71%), justificada na própria pesquisa pela localização geográfica das mesmas, que são centrais e mais acessíveis.

As visitas à Orla Marítima ocorreram nos turnos da manhã, tarde e noite, porém o horário diurno foi o mais visitado em virtude de que os eventos ocorridos nesse espaço eram

¹ É importante frisar que o IFEP não coloca como foi feito o cálculo do percentual e ainda alerta sobre o fato de que estes percentuais não permitem o somatório, visto que um mesmo turista pode ter conhecido diversos pontos turísticos da área visitada (Cf. IFEP, 2014, p. 15).

mais espalhados no referido período. Durante as visitas à Orla Marítima foi recorrida a conversas informais sempre que surgia a necessidade de conhecer a relação de sentido de um dado indivíduo com o contexto observado, ou quando se percebia a necessidade de alguma informação/explicação sobre alguma atividade realizada na Orla Marítima, ou o motivo que levava à realização de uma dada atividade, de modo que fosse possível observar como a sustentabilidade integrava aquele quadro.

Ao todo, 62 pessoas (entre elas visitantes - estrangeiros e locais) foram abordadas e contribuíram com esta pesquisa. Os dados das observações e das conversas informais eram registrados imediatamente em diários de campo, o que possibilitou um material de análise e consulta. As páginas dos diários foram enumeradas e foram registrados data, dia da semana e horário de cada visita à Orla Marítima.

As notas tomadas em campo por meio dos diários foram digitadas em um documento do editor de texto *Word*, tornando-se um arquivo digital com 36 páginas ao final do processo de coleta de dados. Esse procedimento visou a organizar os dados, assim como revisar e refletir sobre todas as informações dispostas nos cadernos, as quais foram úteis na composição do quadro de resultados alcançados nesta pesquisa.

É importante colocar que as conversas informais (algumas realizadas nos moldes de entrevistas) e a observação direta supriram o conteúdo que seria possível acessar por meio das entrevistas. Apontamos ainda a praticidade das conversas informais como técnica para a coleta de dados frente à formalidade da entrevista e o tempo necessário a ser disponibilizado pelos entrevistados.

Colocamos ainda que algumas das conversas informais, como também todas as entrevistas realizadas, foram gravadas em áudio para não correr o risco de perda de informações. No tratamento desses áudios não foram necessárias transcrições integrais, mas transcrições dos fragmentos específicos que foram utilizados para realçar determinado

aspecto na apresentação dos resultados, identificados por meio de um processo repetido de escuta do conteúdo das gravações.

A análise dos dados levantados ocorreu com base nos cinco conceitos-chave da etnometodologia garfinkiliana já apresentados, bem como na teoria sobre prática.

Sustentabilidade como prática na Orla Marítima de João Pessoa

Neste estudo, entendemos que a sustentabilidade trata de uma prática sociomaterial cotidiana não prescritiva que surge, perpetua e se modifica nas interações cotidianas entre humanos e não humanos. A partir desse entendimento, passamos a investigar a prática com vistas a sua realização corriqueira, buscando compreender de fato como ela se estabelece no contexto estudado da Orla Marítima de João Pessoa.

Ao longo das participações nas reuniões do comitê gestor Orla local, assim como as visitas simultâneas que ocorriam na Orla, foi possível observar, principalmente na fala dos agentes do comitê, assim como entre alguns usuários da Orla, a preocupação com as questões ambientais que de certo modo convergiam ao entendimento da sustentabilidade como uma prática. Em alguns momentos foi possível perceber que mesmo sem se ter a noção de que estariam tratando sobre a sustentabilidade de um modo mais amplo, questões sobre a “reflexividade” (Garfinkel, 2006; Bispo & Godoy, 2012, 2014) estavam presentes na fala dos atores sociais e culminaram em novos usos do espaço da Orla em prol da possibilidade de um uso sustentável.

Ilustramos como a sustentabilidade pode ser compreendida como prática sociomaterial a partir da sua “realização” (Garfinkel, 2006; Bispo & Godoy, 2012, 2014) na Orla, esta que possibilita em maior ou menor grau a sua ordenação. Há poucos quilômetros da costa de Tambaú se situa a Ilha de Picãozinho, formada por arrecifes de corais formando piscinas naturais que atraem visitantes durante todo o ano. Na praia de Tambaú é possível ter acesso

às embarcações que transportam turistas à ilha de Picãozinho. Num primeiro momento, o acesso a essa ilha ocorria de forma desordenada: no período de maré baixa as embarcações saíam em grande quantidade até o local e a capacidade de visitantes não era estipulada. Esse quadro impactava o ecossistema local, não apenas pelo fato de que alguns visitantes deixavam ao final dos passeios resíduos sólidos como latas de cerveja, materiais descartáveis, entre outros, como também a agressão aos corais ocorrida pelo pisoteio massivo de pessoas, pelas âncoras lançadas pelos barqueiros e ainda os alimentos lançados aos peixes (Notas de campo, 2014). Assim, como conversado entre os membros do comitê gestor na reunião ordinária do mês de setembro de 2014, caso esse quadro continuasse, a ilha de Picãozinho poderia ser comprometida ao ponto de inexistir, como já havia acontecido em outros locais, a exemplo de Maragogi em Alagoas.

Uma vez que houvesse danos à ilha de Picãozinho, seria caracterizado um dano ambiental; como consequência, as atividades econômicas e sociais possibilitadas pelos passeios seriam comprometidas, haja vista que os barqueiros não mais teriam aquele atrativo para visitação. Esses acontecimentos caracterizam uma produção sociomaterial, na medida em que a ação econômica e social é influenciada por aspectos imateriais. Numa análise sob o ponto de vista das práticas, podemos observar que o turismo na ilha de Picãozinho foi se alterando ao longo do tempo em razão da percepção dos membros envolvidos na prática de que o não reordenamento do uso turístico de Picãozinho poderia não só afetar ambientalmente a ilha como a geração de renda dos barqueiros e a sociedade pessoense em si. A relação entre turistas, barqueiros, moradores locais e membros do comitê gestor (humanos) com a ilha, os barcos e os recursos financeiros da atividade turística (não humanos) interagem de forma a buscar um equilíbrio na prática de visita turística da ilha, ou seja, uma negociação contínua de uma prática sustentável.

A partir de uma reunião do comitê gestor, chegou-se a um acordo de que as embarcações iriam seguir um cronograma de visitação e a quantidade de barcos e visitantes respeitariam um limite determinado após um estudo do impacto da visitação no recifal. Quatro meses após essas determinações, é possível observar em prática que elas são cumpridas e que os cuidados são tomados por parte dos barqueiros (Notas de campo, 2014).

Para a análise da realização da prática, a qual seja a sustentabilidade, dois são os pressupostos nos quais nos baseamos: a) sua continuidade ao longo do tempo, ou seja, a prática é resultado de ações que ocorrem de forma repetida (Gherardi, 2006; Czarniawska, 2006; 2007); b) a significação e o reconhecimento social para que assim ela seja caracterizada no seu contexto de ação, a reprodução por uma coletividade e o modo como os elementos heterogêneos (humanos e não humanos) são organizados (Gherardi, 2006; Schatzki, 2005).

Desse modo, a sustentabilidade é reconhecida como uma prática social e local na medida em que sua realização na Orla Marítima ocorre de forma complexa e situada. Durante as visitas ao campo foi possível observar que o trecho da intersecção das praias de Tambaú e Cabo Branco, o chamado “Busto de Tamandaré”, é um espaço onde ocorrem os principais eventos esportivos, religiosos, comemorativos e mobilizações da cidade. Esse espaço é o trecho mais movimentado de todo o perímetro estudado, por se localizar próximo à principal avenida que liga a Orla ao centro da cidade. Na concepção dos frequentadores da Orla Marítima, os eventos e sua agitação são um atrativo a mais para os visitantes, principalmente aqueles que normalmente se hospedam nos equipamentos de hospedagens que se localizam ao longo da Orla no trecho pesquisado (Notas de campo, 2014).

Sobre essa questão, é listada pelo Comitê Gestor Orla, através do seu projeto local (Projeto Orla, 2014), como principais problemas/conflitos do uso da praia de Cabo Branco a realização dos eventos esportivos, culturais e religiosos frente à tranquilidade do lugar em seus usos: residencial, para turismo e lazer balneário. Entre os problemas evidenciados, no

caso dos moradores, estão a poluição hídrica e sonora e a disposição de resíduos sólidos, a falta de infraestrutura adequada aos eventos, à atração de grande público e, no caso do turismo, a redução do espaço dos banhistas (atividade balneária recreativa), considerada a vocação natural desse trecho de Orla Marítima, e a obstrução do trânsito para a montagem da estrutura necessária (Notas de campo, 2014). Listam-se ainda a poluição e degradação ambiental, o que compromete a qualidade paisagística, a falta de segurança tanto para os participantes, como para os moradores e a insatisfação por parte dos banhistas. Por tanto, o projeto prevê uma lei para equacionar os problemas apresentados, sustentada na legislação própria que abarca a área no intuito de regulamentar o uso do espaço a este fim; no entanto, em prática as decisões referentes à realização dos eventos no local não são tomadas com base em um conselho consultivo demandado pelo Projeto Orla.

De acordo com dados do Projeto Orla (2014), há a preocupação com a redução dos impactos causados pelo uso e ocupação da Orla, de modo que possa haver o uso sustentável do local por meio de políticas patrimoniais e ambientais. Entre os objetivos específicos do próprio projeto está a recuperação de ambientes urbanos degradados na faixa delimitada pelo projeto, particularmente nas Zonas Especiais de Preservação Ambiental.

Do ponto de vista cultural, em complemento às atividades desenvolvidas pelo comitê gestor que fazem base para a sustentabilidade na Orla, uma específica, que, além de representar o modo genuíno como a Orla Marítima é utilizada, também reflete a cultura local levada em consideração no discurso dos atores humanos, é a pescaria, que ocorre no trecho da praia de Tambaú, nas proximidades entre o Mercado de Peixe, o centro turístico PBtur e a feirinha de Tambaú. O espaço onde aportam as pequenas embarcações pesqueiras fica no chamado Largo da Gameleira. Os visitantes tiram fotos com as embarcações ou levam as varas de pescar e se juntam aos pescadores, fazendo com que a pesca, que originalmente

representa um meio de subsistência, seja resignificada e realizada por lazer (Notas de campo, 2014).

Para assegurar a plenitude do uso da orla por todos os atores sociais, foram necessárias intervenções na Orla. Uma delas é exemplo do conceito de reflexividade que a sustentabilidade insere no uso e organização do local. Em vários momentos da pesquisa foi possível observar aspectos referentes à reflexividade. A forma de organização dos quiosques, bares e restaurantes à beira-mar, nas chamadas barracas, é resultado de uma ação de ordenamento planejado (gestão pública) em virtude de que, pelo espaço ser constitucionalmente coletivo, um bem da União, em outra época ter havido uma explosão de implantação de empreendimentos desse tipo por toda a faixa de Orla que compreende Manaíra, Tambaú e Cabo Branco. Neste caso, a ação da gestão pública surge para minimizar os muitos conflitos de interesses em relação ao uso do espaço.

Foi percebido que o acúmulo de quiosques prejudicava a vegetação nativa na Orla Marítima, o acesso do visitante à praia, assim como obstruía parte de trechos da calçadinha, principalmente onde a mesma era mais estreita, no caso de Manaíra. Houve a ação, executada após deliberação pelo Comitê Gestor Orla, de desapropriação e demolição dos quiosques, revitalização da calçadinha da praia de Manaíra. Novos quiosques foram construídos respeitando determinações aprovadas no Comitê Gestor Orla. No entanto, na calçadinha de Manaíra não foi possibilitada a construção de quiosques, o que refletiu na ação empreendedora da iniciativa privada de construção de equipamentos de alimentação e hospedagem no outro lado da avenida beira-mar que atendessem a necessidade dos usuários da praia de Manaíra (Entrevistas – RSMA; RSPA; Notas de campo, 2014).

Ainda no que concerne à ação do Comitê Gestor Orla, os muitos problemas relacionados à criminalidade, assim como questões sanitárias relativas ao trabalho dos pescadores, demandaram ações de organização do espaço chamado de Largo da Gameleira, na praia de

Tambaú. Houve, portanto, melhorias na iluminação, fixou-se um ponto de policiamento, foi realizada a limpeza e a organização estética do ambiente, assim como foi organizado e mantido o espaço dos pescadores, culminando com a construção do Mercado de Peixes no local. Os relatos a seguir reforçam ambas as ações do Comitê Gestor Orla apresenta:

Largo da Gameleira foi um projeto muito polêmico porque tinha além da ocupação por “barracas”, tinha os pescadores que estavam muito resistentes e com muito medo de perder o espaço e a gente conseguiu achar uma opção que contemplasse tanto os pescadores que usam aquele espaço como também a gente pudesse abrir o espaço para a população também usar. É tanto que a área estava muito violenta, um local onde semanalmente tinha pessoas sendo assassinadas e com a abertura do espaço deu uma melhoria. Além disso, teve o projeto de organização de Manaíra, porque lá tinham “barracas” que não tinham espaço, elas não deixavam o pedestre passar, não conseguia andar na “calçadinha” e a gente chegou à conclusão de tirar porque realmente não cabia (Entrevista – RSMA).

A organização daquele espaço foi muito importante tanto para os utilizadores de um modo geral, como para o turismo, que o turista tira foto ali em frente ao monumento de adoração ao sol, ou de frente para o BA. [Nome fictício do único quiosque que restou naquele espaço] e todo mundo já sabe que ele está na Orla de João Pessoa, ficou sendo um ponto de identificação daquele espaço. Antes não, as pessoas usavam drogas ali, era um espaço violento, tinha assaltos, mortes, era bem diferente mesmo (Entrevista – RSPA).

É importante mencionar que, para que o espaço da Orla Marítima seja um lugar tranquilo e agradável, são necessárias condições de limpeza e segurança (Notas de campo – 2014). As

atividades referentes à limpeza da Orla Marítima são realizadas por duas empresas, pelos chamados Agentes de Limpeza Urbana. Esses profissionais atuam em equipes e utilizam uniformes verde e vermelho como símbolos para indicar a empresa à qual são vinculados e a sua área de competência. A equipe dos uniformes vermelhos é responsável pela varrição e limpeza das áreas da calçada e ciclovia. Já a equipe dos uniformes verdes atua na faixa da areia, recolhendo resíduos deixados pelos visitantes, assim como recolhendo o lixo deixado nas lixeiras espalhadas por toda praia (Conversa informal com agente turístico/Notas de campo, 2014).

Percebemos que a ação reflexiva ocorre tanto por vias da ação humana, como pela ação não humana. No primeiro caso, destaca-se a ação assimétrica dos elementos humanos, pela força humana acontecer de forma majoritária nos casos em que os elementos naturais do espaço são tangenciados, considerando ainda a existência de elementos imateriais, como a influência exercida pela cultura. No segundo caso, as ações dos elementos não humanos são refletidas no modo como os elementos humanos se comportam. Ressalta-se ainda, no que se refere aos elementos naturais do espaço, que a areia da praia, o mar, o sol, a vegetação, rochas, falésias e piscinas naturais são partes desse conjunto.

Embora tenhamos apontado elementos de ação influenciadora de humanos sobre não humanos e vice e versa, neste estudo, ao adotarmos a perspectiva da sociomaterialidade, pressupomos o entrelaçamento constitutivo entre o social e o material e, por sua vez, a prática (Schatzki, 2001; Orlikowski, 2007; Leonardi & Barley, 2008). Contudo, tal construção foi feita para realçar o efeito de “ação e reação” inerente ao conceito da reflexividade (Garfinkel; 2006; Bispo & Godoy, 2014).

Durante as visitas ao campo, observamos que este trecho de praia e o Busto de Tamandaré (monumento situado na praia de Cabo Branco) são as áreas mais frequentadas pelos visitantes - é comum avistar uma grande quantidade de pessoas nesses pontos e em suas

adjacências - e os motivos colocados refletem a ação reflexiva desses atores humanos na medida em que os investimentos realizados, no caso do Largo da Gameleira, amenizaram a sensação de insegurança e a aversão relativa aos elementos estéticos do local, que justificaram por sua vez as ações empreendidas (Notas de campo, 2014).

É possível observar uma ação extremamente grave que ocorre na Orla Marítima: a poluição e a conseqüente degradação ambiental do local. Pessoas jogam lixo no chão, na parte da mata nativa e da areia. É um problema reflexo do que acontece e foi legitimado culturalmente. É um problema cultural e seriam necessários anos para reverter a situação: “[...] toda mudança cultural leva gerações. Um problema cultural de educação. Tem que ser atentado pra isso, da mesma forma que conseguiram fazer com que o respeito às faixas de pedestres ocorresse” (Notas de campo, 2014).

Observe a calçadinha está limpa. [...] Eu presenciei há uns dois meses atrás, a pessoa da farda vermelha que varre a calçada, a ciclovia, acabou de comer na minha frente um pacote de biscoito e insistiu em jogar o papel vazio nesse lado [apontando para o lado da praia], sujar a parte da praia porque a parte dela estava limpa, o carrinho dela (equipamento de auxílio à limpeza) inclusive estava distante no momento, porque se aproximava da hora do almoço e ela estava na sombrinha de um coqueiro. Então, o fato engraçado foi que ela jogou o lixo na parte da areia, então o vento trazia o lixo de volta pra parte dela, ela repetiu esta atitude três vezes seguidas até ter a ideia de prender o lixo na vegetação, foi quando me aproximei e, com educação, falei: “minha senhora, Deus está lhe comunicando que a senhora está errada em sujar a praia colocando no lugar de quem recolhe o lixo dessa parte”. Pra começar, a senhora está de parabéns pela limpeza da “calçadinha”, está divina, executou sua tarefa de uma maneira sensacional, mas sua atitude está me surpreendendo. A senhora que é uma agente de limpeza urbana (nome técnico), como é que a senhora comete uma atitude

dessas jogando lixo? É a mesma coisa que você varrer a sujeira para debaixo do tapete. E ela respondeu: Ah, mas quem limpa esta parte é a outra empresa, aquele rapaz de verde lá [apontou discretamente]. Ela não tem a consciência de que além de limpar ela não deve sujar. Ela limpa porque ela ganha, é o trabalho dela, mas não se importa de sujar, mas ela foi esperta né? Ou pensou que foi, pois ela fez questão de não sujar a área dela. Por isso que digo que o que falta é uma campanha de conscientização da população e depois vai abranger aos turistas para manter a praia limpa, não sujar a praia. [...] Os políticos ficam batendo naquele tripé básico, saúde, segurança e educação, mas a educação é fundamental, né? Porque quando falo em educação é a educação de berço, pra ser base para sua postura pra vida, educação de valores. Seria interessante colocar plaquinhas pra semear esta prática: “coloque lixo aqui, a natureza agradece”, colocar lixeiros próximos à passarela. Multar aqueles que sujam, multas caras. Uma forma de mexer no bolso para que as pessoas tomem consciência do quão isso é importante. [...] O pessoal tem um vício de sujar e a mudança é um processo que demanda tempo pra caramba. Se você suja a orla, vai dar a ideia de permissividade ao turista que também não vai fazer questão de manter limpo. Seria necessária a colocação de mais lixeiras, a população é preguiçosa de jogar o lixo na lixeira, principalmente porque existe uma certa distância de uma para outra. A pessoa que jogou este lixo [mostrando o lixo na areia] era só levantar, mas parte da cabeça dele que a praia, a natureza não é de ninguém. Esse comportamento da população dá margem para que o turista se comporte de forma similar. O turista vê o descaso com a limpeza e segue na mesma onda. Isso parte da educação, e quando falo de educação não me refiro apenas a pessoas pobres, classes sociais baixas, gente que passa nos carrões e jogam seus lixos pela janela. Isso é absurdo! (Conversa informal com agente turístico/Notas de campo, 2014).

Neste sentido, é importante mencionar a ação não humana como reflexo da ação humana e que por sua vez influencia a ação humana. Como primeiro exemplo, evoca-se o trabalho dos agentes de limpeza, com especial atenção ao grupo de varredores da calçadinha. Independente da ação humana, os elementos não humanos naturais fazem com que o ambiente se suje, como a ação do vento que leva a areia para a calçadinha, ou as folhas das árvores que caem e sujam o espaço, assim como os dejetos das aves.

Outro exemplo trata do avanço do mar e da erosão da falésia do Cabo Branco. Este assunto foi pauta nas reuniões dos meses de janeiro e fevereiro (2014) do Comitê Gestor Orla, nas quais buscavam a aprovação de um projeto de revitalização da área por meio de uma grande obra no local. Não houve o desfecho da proposta; no entanto, é possível perceber na área que já há sinalização que alerta os visitantes sobre os perigos de deslizamento. Apontamos ainda um risco eminente de desmoronamento da pista que foi construída muito próxima da borda da falésia.

Ainda sobre a corrosão da falésia, outros pontos da Orla Marítima são afetados, como é o caso da Estação Cabo Branco e do Farol do Cabo Branco. Há uma preocupação quanto ao futuro desses espaços. No caso da Estação Cabo Branco, ela representa um artefato para cidade, uma vez que a obra tem a assinatura do arquiteto Oscar Niemeyer; além disso, é importante por promover o acesso à arte e a cultura. A preocupação é assegurar que essa obra não seja danificada pelo avanço da corrosão da falésia.

Já o Farol de Cabo, esta construção se localiza muito próxima à borda da falésia, mais ainda em relação à Estação Ciências. A reflexividade apontada neste exemplo trata da mudança do acesso ao local. Antes, nas proximidades do farol existia um estacionamento em que era possível deixar o carro, ônibus ou motos próximos ao mirante. Com os problemas relatados, foi necessária uma intervenção: o lugar é acessado apenas por pedestres e os carros,

ônibus e motos ficam estacionados na parte de baixo antes da subida ao local (Notas de campo, 2014).

Considerações Finais

Este artigo teve como objetivo analisar a sustentabilidade como prática sociomaterial na Orla Marítima de João Pessoa a partir do seu cotidiano e do seu Comitê Gestor. Nesse sentido, ao assumir como base teórico-filosófica os estudos baseados em prática, com destaque para a sociomaterialidade e a etnometodologia, buscamos apresentar uma ideia de sustentabilidade que vai de encontro a posicionamentos prescritivos do termo em que a sustentabilidade é percebida como resultados de ações determinadas de maneira *top down*, sejam por políticas públicas ou mesmo ações gerenciais que visam atender demandas meramente legais ou de ordem mercadológica.

Diante do exposto, nossa proposta buscou pensar a sustentabilidade como uma prática sociomaterial em que o “descrever” e o “compreender” ganharam destaque frente ao “prescrever” e o “determinar”. Com os exemplos da Ilha de Picãozinho e a revitalização do Largo da Gameleira foi possível apresentar como a sustentabilidade pode ser resultado da ação e interação de humanos e não humanos, sendo que os humanos, quando membros do espaço pesquisado (*stakeholders*), não só percebiam a necessidade de mudança como a faziam de modo negociado. Certamente não é possível dizer que o processo de negociação é sempre algo tranquilo e sem conflitos, que sempre existem por choque nas visões de mundo e interesses dos envolvidos, mas que termina com um resultado de algo que se perpetua harmonizadamente. Em outras palavras, a sustentabilidade como prática está justamente neste processo de negociação, acomodação e ação dos atores envolvidos que resulta no modo de agir, na prática em si.

Do ponto de vista teórico, este estudo objetivou introduzir um novo olhar para a compreensão do conceito de sustentabilidade que, apesar de diferente, não exclui nem ignora as contribuições já apresentadas. Pelo contrário, a posição apresentada e defendida aqui visa somar-se às existentes como forma de fomentar e ampliar o diálogo sobre o tema e as reflexões oriundas delas.

Em relação à possibilidade de ações concretas, pensar a sustentabilidade como uma prática sociomaterial pode contribuir para o aprofundamento da compreensão de como ela se constrói, se perpetua e se modifica de modo a gerar novas formas de pensar a educação sustentável para além de algo fragmentado em aspectos apenas ambientais, econômicos ou sociais, e no sentido de compreender o mundo como resultado das ações e interações entre humanos e não humanos, o que possa levar à superação da centralidade do humano no sentido de pensar um mundo mais complexo, dinâmico e concreto com a aceitação da relevância dos não humanos na vida cotidiana.

Por outro lado, este artigo não apresenta conceitos ou definições sobre sustentabilidade de modo a buscar substituir os já existentes, algo que poderia ser entendido como uma limitação. Entretanto, certamente não nos consideramos capazes de apresentar tal possibilidade visto que a nossa posição teórico-filosófica entende que definições em especial são modos reducionistas de compreender a realidade social. Ainda sim, entendemos que seja possível ampliar e aperfeiçoar a ideia da sustentabilidade como prática para além do aqui apresentado.

Por fim, entendemos que, a partir da lacuna exposta, é possível o desenvolvimento de trabalhos futuros com a ideia de sustentabilidade como prática a partir da utilização de outras abordagens dos EBP, como a Teoria Ator-Rede, a Estética entre outras, de modo a ampliar o leque de possibilidades da compreensão da sustentabilidade como uma prática social e cotidiana.

Referências

- Bellen, H. M. (2005). *Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparative*. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 25p.
- Bispo, M. S. & Godoy, A. S. (2012). *A Etnometodologia enquanto Caminho Teórico-metodológico para Investigação da Aprendizagem nas Organizações*. *RAC. Revista de Administração Contemporânea*, v. 16, p. 684-704.
- Bispo, M. S. & Godoy, A.S. (2014). *Etnometodologia: uma proposta para pesquisa em estudos organizacionais*. *Revista de Administração da UNIMEP*. v. 12, n. 2, maio/ago.
- Bispo, M. S. & Santos, I. S. A. (2014). *A organização do cotidiano na orla de João Pessoa: um olhar etnometodológico da prática do voluntariado*. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, v. 1, n. 2, p. 379-416.
- Bispo, M. S. (2013). *A aprendizagem organizacional baseada no conceito de prática: contribuições de Silvia Gherardi*. *RAM, Rev. Adm. Mackenzie*, v. 14, n. 6, Edição Especial. São Paulo, SP. nov./dez., p. 132-161.
- Bispo, M.S.; Soares, L.C. & Cavalcante, E.D.C. (2014). *Panorama dos Estudos Sobre “Prática” no Brasil: uma análise da produção*. *Anais do XXXVIII EnANPAD*, Rio de Janeiro, setembro.
- Brasil. (2004). Ministério do Meio Ambiente; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Projeto Orla: subsídios para um projeto de gestão* / Brasília: MMA, MPOG. 104p.
- Brasil. (2005). Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Qualidade Ambiental; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria do Patrimônio da União. *Projeto orla: guia de implementação/* – Brasília: MMA. 36p.
- Brasil. (2006). Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Planejamento, Orçamento e

- Gestão. *Projeto orla: fundamentos para gestão integrada* /– Brasília: MMA. 74 p.
- Coulon, A. (2005). *La Etnometodologia*. 3 ed. Madrid: Cátedra.
- Czarniawska, B. (2006). *Bruno Latour: reassembling the social: an introduction to Actor-Network Theory*. *Organization Studies*, 27(10), 1553-1557.
- Czarniawska, B. (2007). *Shadowing and other techniques for doing fieldwork in modern societies*. Malmö, Liber & Copenhagen Business School Press.
- Dias, R. (2011). *Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade*. São Paulo: Atlas. 220 p.
- Di Pietro, M.S.Z. (1998). *Direito Administrativo* (9. ed.). São Paulo: Atlas.
- Elkington, J. (2013). Enter the Triple Bottom Line. In A. Henriques; J. Richardson (editors). *The Triple Bottom Line, does It All Add Up: assessing the sustainability of business and CSR*. Earthscan, Lodon. pp. 17-25.
- Garfinkel, H. (2006). *Studios en Etnometodologia*. Barcelona: Anthropos.
- Gherardi, S. (2006). *Organizational knowledge: the texture of workplace learning*. Oxford: Blackwell Publishing.
- Gherardi, S. (2009). *Practice? It's a matter of taste!*. *Management Learning*, v. 40, n. 5, p. 535-550.
- Gherardi, S. (2012). *How to conduct a practice-based study: problems and methods*. Cheltenham: Edward Elgar.
- Guessier, A. H. (2003). A etnometodologia e a análise da conversação e da fala. *EmTese*, vol. 1, nº 1 (1), p. 149-168.
- Heritage, J.C. (1999). Etnometodologia (1a reimpr.). In A. Giddens, & J. Turner (org.). *Teoria Social Hoje*. Tradução Gilson César Cardoso de Sousa. São Paulo: UNESP.
- Ifep. (2014). *Pesquisa anual do comportamento do turismo na região metropolitana de João*

- Pessoa, 2013. Recuperado em 17 de setembro, 2014, de <http://www.fecomercio-pb.com.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&download=20:pesquisa-sobre-o-comportamento-do-turismo-rmjp&id=7:pesquisa-do-turismo-na-paraiba&Itemid=76>.
- João Pessoa. (2014). *Secretaria Municipal de Turismo*. Recuperado em 12 de agosto, 2014, de <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/setur/joaopessoa/apresentacao/>>.
- Latour, B. (2005). *Reassembling the social*. Oxford: Oxford University Press.
- Leonardi, P. M. & Barley, S. R. (2008). *Materiality and change: Challenges to building better theory about technology and organizing*. *Information and Organization*. 159–176p. doi:10.1016/j.infoandorg.2008.03.001
- Leonardi, P. M. (2012). Materiality, Sociomateriality, and Socio-Technical Systems: What Do These Terms Mean? How Are They Related? Do We Need Them? In P. M. Leonardi; B. A. Nardi, & J. Kallinikos. (Eds.), *Materiality and Organizing: Social Interaction in a Technological World* (pp. 25-48). Oxford: Oxford University Press.
- Mol, A. (2002). *The body multiple: Ontology in medical practice*. Durham, NC: Duke University Press.
- Mondo, T. S. (2010). Turismo no Rio do Rastro Eco Resort, SC: um relato de experiência. *Revista Turismo e Desenvolvimento*. v. 09, n. 2.
- Moraes, L. C. A. (2012). Sustentabilidade da Paisagem como Atrativo Turístico. *Revista Turismo e Desenvolvimento*. v. 11, n. 2.
- Nakano, K., (2006). Coord. *Projeto Orla: implementação em territórios com urbanização consolidada*. /Coordenação de Kazuo Nakano. — São Paulo: Instituto Polis; Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 80 p.
- Nicolini, D. (2013). *Practice Theory, Work, & Organization: an introduction*. Oxford: Oxford University Press.

- Nicolini, D.; Gherardi, S & Yanow, D., (eds.). (2003). *Knowing in Organizations: a practice-Based Approach*. Armonk, NY: M. E. Sharpe.
- Norman, W. & MacDonald, M. (2004). Getting to the Bottom of "Triple Bottom Line". *Business Ethics Quarterly*, v. 14, n. 2 (Apr), pp. 243-262.
- Oliveira, S. A. & Montenegro, L. M. (2012). *Etnometodologia: desvelando a alquimia da vivência cotidiana*. *Cad. EBAPE.BR*, v. 10, n. 1, p. 129-145.
- Orlikowski, W. J. (2007). Sociomaterial Practices: Exploring Technology at Work. *Organization Studies*, 28:9, p. 1435-1448.
- Projeto Orla (2002). *Fundamentos para a gestão integrada*. Brasília: MMA/SQA/ Brasília: MP/SPU, 78p.
- Projeto Orla. (2014). Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima. *Plano de intervenção na orla do município de João Pessoa*. Recuperado em 25 de fevereiro, 2014, de <http://www.ligiatavares.com/gerencia/uploads/arquivos/055cd422dc2cf559bf2dfe5641f18972.pdf>.
- Rawls, A. W. (2008). Harold Garfinkel, ethnomethodology and workplace studies. *Organization Studies*, v. 29, n. 05, p.701-732.
- Reckwitz, A. (2002). Toward a theory of social practices: a development in culturalist theorizing. *European Journal of Social Theory*, v. 5, n. 2, p.243-263.
- Schatzki, T. R. (2001). Introduction: practice theory. In T. R. Schatzki, K. Knorr Cetina, E. Von Savigny, (eds.) *The Practice Turn in Contemporary Theory*, (pp.01-14). New York: Routledge.
- Schatzki, T. R. (2005). The sites of organizations. *Organization Studies*, 26(3), 465-484.
- Sebrae. (2012). *Índice de Competitividade do Turismo Nacional – 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional – Relatório Brasil 2011 / Luiz Gustavo Medeiros Barbosa (Organizador) – Brasília, DF: SEBRAE. 88p.*

Ten Have, P. (2004). *Understanding qualitative research and ethnomethodology*. London:
Sage.

Weick, K. E. (1979). *The social psychology of organizing*. Reading, MA: Addison-Wesley.